

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

CPMI de 8 de janeiro - 29 e 31/08 - 09h - Plenário 02

A CPMI do 8 de Janeiro ouve na próxima terça-feira (29) o coronel Fábio Augusto Vieira, que comandava a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) no dia dos ataques de vândalos às sedes dos Três Poderes.

Na quinta-feira (31), a CPMI toma o depoimento do general Marco Edson Gonçalves Dias, que era ministro do Gabinete de Segurança Institucional no dia das invasões às sedes dos Três Poderes.

SENADO FEDERAL

Plenário - 29 a 31/08

O Plenário do Senado desta semana, entre outras proposições, consta o **PLP 257/2019**, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e a lei que regula o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas. Também consta na pauta a **PEC 38/2022**, que altera o art. 14 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade dos transportes em dias de votações.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.



CPI das ONGs - 29/08 - 11h - Plenário 06

A CPI das ONGs ouve nesta terça-feira (29), às 11h, dois convidados que irão falar sobre mediação de conflitos agrários e questões relacionadas ao meio ambiente e mudanças climáticas. Serão ouvidos o antropólogo Edward Mantoanelli e professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, Luiz Carlos Molion.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 30/08 - 10h - Plenário 03

ITEM 2 - PL 3453/2021, que altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

O relator, Senador Weverton, apresentou <u>parecer</u> favorável ao Projeto e contrário às Emendas n°s 1 a 7.

ITEM 4 - PEC 08/2021, que altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais. O relator, Senador Esperidião Amin, apresentou parecer favorável a proposta.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário - 28 a 31/08

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), confirmou a votação da urgência e do mérito do projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para alguns setores da economia (**PL 334/2023**) para a próxima terça-feira (29). Também poderá ser votado regra para as taxas de juros nos cartões de crédito. Está previsto o início das discussões em Plenário sobre o **PL 2685/2022**, que trata do endividamento das famílias e do crédito rotativo e parcelado.



Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Comissão Externa rompimento de barragens - 29/08 - 14h - Plenário 04

Audiência pública sobre avaliação das medidas tomadas para suprimir o impacto ambiental causado pelos desastres de Mariana e Brumadinho e o acordo de repactuação. Entre os convidados, destacam-se:

- Carlos Bruno Ferreira da Silva, Representante Ministério Público Federal (MPF);
- Isabella Karen Simões, Representante da Defensoria Pública da União (DPU);
- Elaine Costa de Lima, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Recuperação do Rio Doce no Ministério Público do Espírito Santo (MPES);
- Hosana Regina de Freitas, Representante do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG);
 e,
- Rafael Portella, Representante da Defensoria Pública do Espírito Santo.

Comissão Especial da PEC de cota mínima (PEC 9/2023) - 30/08 - 14h - Plenário 04

Audiência pública na Comissão Especial que analisa a **PEC 9/2023**, que trata quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais. Entre os convidados, destacam-se:

- Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Procuradora Regional da República;
- Leandro Rosa, Presidente da Comissão de Direito Eleitoral;
- Ricardo Vita Porto, Conselheiro Seccional e Presidente da Comissão de Direito Eleitoral.